

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA LUCÍOLA COLARES DE MELO

**POSSÍVEIS IMPACTOS DA MATERNIDADE ATÍPICA NO DIA A DIA DE
MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE FILHOS COM TEA: Uma Revisão
Bibliográfica**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

MARIA LUCÍOLA COLARES DE MELO

**POSSÍVEIS IMPACTOS DA MATERNIDADE ATÍPICA NO DIA A DIA DE
MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE FILHOS COM TEA: Uma Revisão
Bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Me. Joel Lima Júnior

MARIA LUCÍOLA COLARES DE MELO

**POSSÍVEIS IMPACTOS DA MATERNIDADE ATÍPICA NO DIA A DIA DE
MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE FILHOS COM TEA: Uma Revisão
Bibliográfica**

Redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 03 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. JOEL LIMA JÚNIOR

Membro: Dra. EMÍLIA SUITBERTA DE OLIVEIRA TRIGUEIRO/ UNILEÃO

Membro: Esp. NADYA RAVELLA SIEBRA BRITO SARAIVA/ UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2024

**POSSÍVEIS IMPACTOS DA MATERNIDADE ATÍPICA NO DIA A DIA DE
MULHERES FRENTE AO DIAGNÓSTICO DE FILHOS COM TEA: Uma Revisão
Bibliográfica**

MARIA LUCÍOLA COLARES DE MELO¹

JOEL LIMA JÚNIOR²

RESUMO

O presente estudo investigou as vivências de mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando compreender as complexidades da maternidade atípica. Por meio de uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, o objetivo foi analisar as implicações emocionais, sociais e estruturais enfrentadas por essas mulheres, destacando como a maternidade atípica se distancia das expectativas culturais tradicionais. Os resultados mostraram que as mães lidam com sobrecarga emocional, marcada por sentimentos ambivalentes, oscilando entre o amor incondicional e sensações de frustração e isolamento. Identificou-se também a insuficiência de redes de apoio efetivas, agravada pela carência de políticas públicas e pela falta de corresponsabilidade parental. Assim, destacou-se a necessidade urgente de políticas públicas e iniciativas que ofereçam suporte integral às famílias, reconhecendo a maternidade atípica como uma realidade que demanda atenção específica. Pesquisas futuras devem considerar a diversidade socioeconômica das famílias e investigar a participação de outros cuidadores no cotidiano de apoio.

Palavras-chave: Maternidade Atípica. Transtorno do Espectro Autista. Diagnóstico. Rede de Apoio. Saúde Mental.

ABSTRACT

The present study investigated the experiences of mothers of children with Autism Spectrum Disorder (ASD), aiming to understand the complexities of atypical motherhood. Through a qualitative approach and a literature review, the objective was to analyze the emotional, social, and structural challenges faced by these women, highlighting how atypical motherhood diverges from traditional cultural expectations. The results showed that mothers deal with emotional overload, marked by ambivalent feelings, oscillating between unconditional love and feelings of frustration and isolation. It was also identified that there is a lack of effective support networks, exacerbated by the absence of public policies and shared parental responsibility. Thus, the urgent need for public policies and initiatives that provide comprehensive support to families was highlighted, recognizing atypical motherhood as a reality that requires specific attention. Future research should consider the socioeconomic diversity of families and investigate the involvement of other caregivers in daily support.

Keywords: Atypical Motherhood. Autism Spectrum Disorder. Diagnosis. Support Network. Mental Health.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: luciolacolaresto@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: joellima@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A maternidade caracteriza-se como uma fase significativa na vida da mulher, onde expectativas e ideais sobre o filho são construídos, muitas vezes muito antes da gestação. O desejo por um filho ideal já se faz presente de forma intensa para as futuras mães. A rotina dessas mulheres pode ser profundamente alterada, despertando novos sentimentos, fantasias e expectativas. Quando o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) é confirmado para esse filho idealizado, as mudanças tornam-se ainda mais profundas para a mãe e toda a família, afetando não apenas os cuidados, mas também os sentimentos envolvidos.

Os cuidados geralmente recaem sobre a mãe, que muitas vezes renuncia a sua vida profissional, social e outras áreas em função dessas responsabilidades. Diante dessa realidade, surgiram os termos "mãe atípica" e "maternidade atípica", como mencionado por Maia e Muner (2024), para descrever as mães que se dedicam aos cuidados de pessoas com deficiência ou doenças raras. Esses termos englobam uma compreensão mais profunda dos desafios cotidianos e das fontes de estresse associadas, além de promover a reflexão sobre as consequências desse estresse para a saúde física e mental dessas mães e as estratégias que podem ser adotadas para melhorar sua qualidade de vida.

As necessidades de cuidados são imensas e comprometem toda a família, como bem destacam Pastorelli, Viana e Benicasa (2024), dada a necessidade de cuidados específicos e a dificuldade de acesso aos tratamentos. Para muitos familiares, receber o diagnóstico de um transtorno de neurodesenvolvimento, como o autismo, em um dos filhos, provoca grande sofrimento, que vai desde o desgaste físico e emocional até altos níveis de estresse e baixa qualidade de vida para os familiares, especialmente para as mães. Isso reforça o quão grande e delicado é o sofrimento dessas mães que enfrentam essa realidade inesperada, acompanhada de inúmeras demandas por cuidados em sua saúde mental.

A partir da revisão bibliográfica, esse estudo teve como principal finalidade responder a pergunta-problema: “Qual o impacto da maternidade atípica no dia a dia de mulheres frente ao diagnóstico de filhos com TEA?”. Decerto, a contribuição do estudo para o campo acadêmico sustenta-se no despertar dos interesses para pesquisar cada vez mais, de forma consistente, sobre esse tema, possibilitando práticas mais eficazes no que se refere ao enfrentamento de tal problemática.

A relevância social do presente estudo é fundamentada em refletir sobre a vivência da maternidade atípica e sobre a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e abrangentes, que garantam que as necessidades dessas famílias sejam adequadamente reconhecidas e

atendidas pela sociedade e pelos órgãos competentes. Sendo assim, acredita-se que o presente estudo tem o potencial de impactar positivamente não apenas as famílias diretamente afetadas, mas também a comunidade como um todo. A partir de uma vivência particular no contexto do atendimento ao TEA, surge uma inquietação no que se refere a um atendimento de maior qualidade e mais humanizado, com um olhar ampliado que contemple a família, principalmente as mães que são geralmente as principais colaboradoras no processo terapêutico desses indivíduos.

Diante da relevância do tema, o presente estudo tem como objetivos específicos compreender, por meio de uma revisão bibliográfica, os impactos da maternidade atípica no cotidiano das mulheres após o diagnóstico de seus filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), descrever os aspectos biopsicossociais que influenciam a saúde mental das mães durante o processo de adaptação à maternidade atípica, identificar as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas mães ao longo desse processo e analisar como essas estratégias afetam sua saúde mental, além de mapear as políticas públicas existentes no Brasil voltadas ao suporte das mães, avaliando sua efetividade no contexto da maternidade atípica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O presente estudo possui uma estrutura descritiva e utiliza abordagens qualitativas. Por meio de uma revisão bibliográfica, objetiva-se compreender com maior aprofundamento, acerca dos impactos da maternidade atípica no dia a dia de mulheres, frente ao diagnóstico de filhos com TEA, no contexto brasileiro.

Com isso, a pesquisa descritiva segundo Gil (2018), consiste em descrever minuciosamente as particularidades de uma população específica ou de um fenômeno dentro dessa categoria. A pesquisa bibliográfica utilizou capítulos de livros e artigos, divulgados na língua portuguesa – nos últimos dez anos –, mediante as plataformas digitais Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), realizando-se a revisão de literatura, fazendo com que haja novas perspectivas acerca do tema. Consequentemente, foram eleitas publicações relacionadas ao objeto de estudo, abrangendo as seguintes palavras-chave: “maternidade atípica”, “saúde mental”, “diagnóstico”, “rede de apoio” e “TEA”.

A pesquisa bibliográfica de acordo com Martins e Bicudo (1994), refere-se ao tipo de investigação capaz de compreender e descrever de maneira mais abrangente os aspectos de

cunho pessoal, os quais não podem ser precisados numericamente. De acordo com Corrêa, Campos e Almagro (2018), a pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que visa compreender a complexidade dos fenômenos sociais e humanos através da coleta e análise de dados descritivos e detalhados, privilegiando a interpretação e a compreensão profunda das perspectivas dos participantes.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 Considerações Acerca do Transtorno do Espectro Autista

O termo “autismo” foi empregado pela primeira vez em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler para designar a perda de contato com a realidade, a qual ele considerava um dos principais sintomas da esquizofrenia (Resende, 2017). Baseado nessa descrição, Howard Potter, em 1933, apresentou o caso de seis pacientes, cujos sintomas iniciaram antes da puberdade e que apresentavam características como alterações do comportamento, falta de conexão emocional com o ambiente, propondo a denominação desse quadro de esquizofrenia infantil (Brasil, 2015)

Em 1943, Kanner analisou o comportamento de 11 pacientes e observou que eles tinham algumas características em comum, dentre elas o isolamento social e a incapacidade de relacionarem-se de maneira adequada com as pessoas e as situações desde o início da vida, denominando assim a patologia como “Autismo Infantil Precoces”. Desde então, existe um consenso de que o autismo é caracterizado por uma deficiência na comunicação, não só verbal, além de padrões de comportamentos repetitivos e interesses restritos (Louzada, 2024).

Hans Asperger, pediatra suíço, descreveu em 1944 crianças com características semelhantes às descritas por Kanner, exceto pela capacidade verbal e cognitiva preservadas. Asperger não tinha conhecimento sobre o trabalho de Kanner e seu artigo só foi traduzido para o inglês em 1981, por Lona Wing, o qual considerou que a síndrome de Asperger não é uma síndrome distinta do autismo, mas sim uma variação dentro do mesmo transtorno (Brasil, 2014).

Estudos posteriores consolidaram a classificação do autismo como um Transtorno global do desenvolvimento e o CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) utiliza o termo Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), que englobam: Autismo Infantil, Autismo Atípico, Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativos da Infância, Transtorno de Hiperatividade Associado a Retardo Mental e Movimentos Estereotipados, Síndrome de

Asperger e Outros Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Não Especificados (Reis, 2019)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) de acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5R) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficit persistente na comunicação social e na integração social, em múltiplos contextos associados à presença de padrões restritivos e repetitivos de comportamentos. Os primeiros sintomas aparecem na primeira infância e persistem até a vida adulta (DSM-5R, 2023).

A etiopatogenia do TEA é muito estudada, no entanto ainda não está totalmente esclarecida, porém acredita-se que seja resultante de uma interação muito complexa entre fatores genéticos e ambientais que levam o indivíduo a possuir o transtorno. Assim como o TEA não tem uma etiologia definida, também ainda não possui cura (Reis, 2019).

Estudos epidemiológicos mostraram que nas últimas décadas houve um significativo aumento na prevalência do TEA, que nos últimos anos atingiu 1-2% das crianças. Estimou-se em 2010 que o transtorno afeta mais frequentemente meninos do que meninas, na proporção de 4-5 meninos para 1 menina. (Reis *et al.*, 2019).

A prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem apresentado um aumento constante nos últimos anos, o que pode ser explicado, em parte, pela maior conscientização sobre o transtorno entre profissionais de saúde e educação, pela ampliação do acesso aos serviços de diagnóstico e pelas mudanças nos critérios diagnósticos. Além desses fatores, a identificação recente da interação entre fatores ambientais e o desenvolvimento do TEA também contribui para a compreensão desse crescimento na prevalência. Dentre os fatores ambientais associados, destacam-se a exposição a poluentes durante a gestação, o uso de medicamentos específicos no período pré-natal, a idade avançada dos pais, complicações no parto e infecções maternas que possam interferir no neurodesenvolvimento do feto (Ribeiro, 2023).

O diagnóstico de autismo é feito com base na apresentação comportamental. A complexidade da apresentação que resulta de um amplo espectro de funcionamento e apresentações comportamentais e emocionais variadas pode tornar o processo de avaliação neuropsicológica para indivíduos com TEA desafiador e às vezes negligenciado (Reis, 2023).

Crianças com TEA têm dificuldades em responder a estímulos sociais, compartilhar suas brincadeiras com colegas e cuidadores, desenvolver e manter relacionamentos, bem como compreender a linguagem corporal, gestos e expressões faciais de outras pessoas [...] (Ribeiro, 2023). O que compromete seu desempenho e interação social.

Para a maioria dos pais que ao perceber as diferenças apresentadas por sua criança frente a uma criança típica, que procura um diagnóstico e que se encontra frente ao grande desafio de aceitar e conviver com todas estas limitações torna-se desafiadora a jornada do por vir.

O TEA é uma condição que afeta o neurodesenvolvimento, e não possui uma cura, mas para o melhor desenvolvimento e independência da criança é indicado o tratamento que consiste em um acompanhamento multidisciplinar. O tratamento se dá conforme a necessidade da criança, analisada durante o processo de diagnóstico, definindo quais os acompanhamentos e a quantidade de horas necessárias para a intervenção. Na maioria dos casos, e dependendo das necessidades observadas, o tratamento compõe-se por atendimentos com psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, nutricionista, fisioterapeuta e acompanhamento pedagógico. Os objetivos e planos de tratamento são desenvolvidos pela equipe multidisciplinar, promovendo a intervenção conjunta, e melhores resultados Franco (Maia, 2024.).

Diante de uma realidade que se configura como sendo exaustiva à medida que para suprir uma necessidade desta criança atípica, os cuidadores terão de modificar suas rotinas e administrar suas vidas de forma a atender não mais só as suas necessidades mais a toda uma demanda da criança, fato que acaba geralmente provocando um estresse destes.

O autor Ribeiro (2023) afirma que vários ensaios clínicos demonstraram que intervenções de baixa intensidade que orientam os pais sobre como interagir com seus filhos com TEA podem gerar efeitos imediatos no comportamento social e na comunicação das crianças. Essa terapêutica é baseada em ensinar os pais e cuidadores a estabelecer um envolvimento conjunto, evitar ser muito diretivo e criar oportunidades para atenção compartilhada e brincadeiras equilibradas para que as crianças gradualmente tomem mais iniciativa. Essa iniciativa também pode auxiliar no alívio do sofrimento das famílias”. Este sofrimento a qual se refere os autores é evidente como também os resultados positivos no que se refere a evolução das crianças atípicas quando estas participam do processo terapêutico das mesmas.

Quanto ao tratamento de TEA para crianças e adolescentes, as terapias de educação e serviços comportamentais são tratadas principalmente, e a medicação é um adjuvante importante. Intervenções comportamentais incluem análise comportamental aplicada de alta intensidade (ABA), intervenção comportamental intensiva precoce (EIBI) e intervenções de habilidades sociais (Ribeiro, 2023).

O tratamento proposto para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não possui uma

natureza curativa, mas sim de suporte e desenvolvimento. Na psicologia, o conceito de cura é frequentemente problematizado, pois implica na eliminação completa de uma condição ou na restauração de um estado considerado "normal", o que não se aplica a transtornos do neurodesenvolvimento como o TEA (Meneses, 2020). A abordagem psicológica reconhece que o autismo é uma condição permanente, resultante de interações complexas entre fatores genéticos e ambientais, e que a ideia de cura pode ser inadequada e até contraproducente, pois desconsidera a singularidade e a identidade das pessoas com TEA.

O foco, portanto, é promover o melhor desenvolvimento possível e aumentar a independência da criança por meio de intervenções multidisciplinares adaptadas às necessidades individuais. Essas intervenções incluem terapia comportamental, como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), terapias ocupacionais, fonoaudiológicas e pedagógicas, bem como suporte psicológico e fisioterapêutico. O objetivo é melhorar a qualidade de vida, otimizar a funcionalidade social e comunicativa e reduzir o estresse familiar, enfatizando a importância de aceitar e entender o TEA como uma variação da experiência humana, em vez de buscar uma "cura" que possa desvalorizar a individualidade e as conquistas da pessoa com autismo (Meneses, 2020). Mediante do aqui exposto torna-se evidente a relevância de um diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista na vida de um paciente e seus familiares em seus aspectos biopsicossociais.

2.2.2 Considerações Acerca da Maternidade

O desejo de ser mãe é internalizado muitas vezes ainda cedo no brincar da infância. Assim, o desejo pela maternidade pode resultar de influências sociais e culturais do meio onde essa mulher está inserida (Gradvohl; Osis; Makuch, 2014). A intensidade e o momento em que se vivenciará a maternidade estão diretamente relacionados às influências culturais do meio em que a mulher se encontra e também de sua história pessoal e afetiva.

A maternidade quase sempre é caracterizada pelo vínculo consanguíneo entre mãe e filho, enquanto a maternagem é estabelecida a partir do vínculo afetivo e do acolhimento da mãe para com a criança como assim afirma (Gradvohl, Osis e Makuch, 2014).

A maternidade e a prática de cuidar dos filhos passaram por diversas influências e transformações ao longo da história, moldadas por diferentes contextos sociais e econômicos. Na Idade Média, pouco valor era dado à maternidade ou à infância, já que os interesses econômicos predominavam. Os casamentos eram frequentemente arranjados para garantir a preservação dos bens familiares, e os bebês eram cuidados por outras pessoas. Além disso, por

volta dos 8 anos, as crianças já eram vistas como pequenos adultos e começavam a participar das tarefas domésticas (Ariès, 2006).

Entre os séculos XVII e XIX, a responsabilidade pelos filhos passou a ser atribuída aos pais, com a consolidação dos papéis sociais: o pai era encarregado de prover o sustento da família, enquanto a mãe se dedicava ao cuidado dos filhos (Gradvohl; Osis; Makuch, 2014). Nesse período, surgiram publicações médicas que orientavam sobre os cuidados infantis e estabeleciam a amamentação como um dever materno, reforçando, assim, o mito do instinto materno – a ideia de que a maternidade e o cuidado com os filhos eram tendências inatas às mulheres (Gradvohl; Osis; Makuch, 2014). Desde o século XVIII, o mito do amor materno, atuou como um elemento organizador das sociedades, de forma a possibilitar, através da crença no amor materno inato, o estabelecimento de regras de comportamento, que interessavam aos Estados, concernentes às mulheres e mães (Resende, 2017).

De acordo com Resende (2017), o amor materno é um sentimento que pode variar muito: ele pode estar presente ou ausente, ser forte ou frágil, e sua manifestação depende da mãe, de sua história pessoal e do contexto histórico. O autor ressalta que não existe uma lei universal sobre esse aspecto, e que o amor materno não é algo inerente às mulheres, mas sim algo adicional. Atualmente, no século XXI, a realidade observada por Badinter (2011), é de uma mulher em conflito com o mito do amor materno. Depreende-se que hoje em dia, este mito ainda permeia o imaginário social coletivo, contudo, acredita-se que ele é posto em questão a partir dos outros domínios que a mulher veio a conquistar.

As duas guerras mundiais, durante as quais os homens foram enviados para os campos de batalha, levaram as mulheres a assumir a gestão dos negócios familiares. Esse cenário facilitou a entrada das mulheres no mercado de trabalho e contribuiu para a transição de um modelo tradicional de maternidade para um modelo mais moderno. Nesse novo contexto, a mulher passou a ter acesso à educação e a oportunidades profissionais. No entanto, apesar dessas conquistas, a ideia de que a mulher deveria manter sua presença no lar continuava a predominar de forma significativa (Resende, 2017).

Na década de 1970, o movimento feminista promoveu a integração da luta por liberdade e igualdade de gênero com a maternidade, afastando-a do destino inevitável das mulheres (Badinter, 2011). Segundo Resende (2017), a escolha pela maternidade se consolidou no século XX como um fenômeno contemporâneo, influenciado por transformações econômicas, familiares, avanços tecnológicos e movimentos feministas. A introdução das pílulas anticoncepcionais permitiu às mulheres decidir se desejam ter filhos, oferecendo-lhes o poder de escolha.

Hoje, as mulheres não apenas conquistaram seu espaço no mercado de trabalho, mas também têm mais autonomia para decidir sobre a maternidade e outras dimensões de suas vidas. A maternidade deixou de ser percebida como um papel obrigatório e passou a ser uma decisão pessoal, condicionada por diversos fatores, como projetos profissionais, estabilidade financeira, relacionamentos afetivos e, cada vez mais, a busca por realização individual. No entanto, essa conquista não eliminou os desafios: muitas mulheres ainda enfrentam pressões sociais, culturais e familiares que reforçam expectativas tradicionais em relação à maternidade (Badinter, 2011). Além disso, a dupla jornada de trabalho, caracterizada pela conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares, continua sendo uma realidade para a maioria das mulheres, gerando sobrecarga e a necessidade de reavaliar políticas de apoio à maternidade.

2.2.3 Ambivalência Materna: Entre Expectativas e Realidades no Cuidado de Crianças com TEA

Comumente as mães idealizam a figura do filho, em casos de mães que possuem filhos com desenvolvimento atípico a variável dessa condição de existência pode causar muito sofrimento e frustração quando diante de um diagnóstico que não só desfaz esse filho ideal, como também traz mudanças significativas na dinâmica familiar (Pastorelli, 2024).

Diante de uma demanda de cuidados específicos na família é mais frequente a mãe precisar se adaptar e organizar o cotidiano para dar conta de tudo que a criança necessita para obter um melhor prognóstico. Além de todo o processo de adaptação, na maioria das situações, a mãe acaba tendo que renunciar a sua vida social e profissional abdicando de conquistas de uma vida inteira de dedicação e esforço. A maternidade atípica refere-se a uma maternidade despadronizada e com nuances próprias (Pastorelli, 2024).

Segundo Cavalcante e Alves (2023) a expressão "mãe atípica", utilizada tanto por mães quanto por profissionais, surge como uma maneira de destacar a luta das mulheres que têm filhos neuro divergentes, como as crianças com diagnóstico de TEA. Essa terminologia busca evidenciar o esforço dessas mães em garantir condições de vida inclusivas, promover a autonomia e assegurar a acessibilidade para seus filhos.

A mãe, na maioria dos casos, é quem toma para si a responsabilidade dos cuidados com os filhos e são responsáveis em garantir o acesso à saúde, educação e a todos os direitos de suas crianças (Gutierrez, 2024). Segundo o Center of Diseases Control and Prevent dos Estados Unidos, cerca de 2% da população mundial está no espectro autista, o que daria aproximadamente 2 milhões de pessoas no Brasil (Gutierrez, 2024).

Diante de um diagnóstico de TEA e de todas as responsabilidades e abdições que geralmente, estas impõem às mães, torna-se quase que impossível manter a saúde mental destas. De acordo com Cavalcante e Alves (2023), os sentimentos na maternidade são despertados nas mulheres de maneira diversa, enquanto para algumas implica em um momento de alegria, realização e até mesmo de completude, para outras tende de ser vista de maneira oposta acarretando sentimentos de dor, raiva, tristeza, culpa, frustração, incerteza e muitas vezes arrependimento. Com o nascimento e desenvolvimento do filho atípico, iniciam-se os desafios da saúde mental dessas cuidadoras.

Além de todos os fatores psíquicos que envolvem a maternidade, a mãe atípica tem valores financeiros aumentados na manutenção familiar tendo ainda que enfrentar cobranças sociais acerca da sua criança e suas limitações (Pastorelli, 2024). Para além desse desafio, tem-se, frequentemente, a dificuldade em manter a qualidade de vida dos cuidadores, pois essa é influenciada pelas condições socioeconômicas, pelo suporte social e características dos pais e das crianças, os quais podem estar fragilizados (Cavalcante; Alves, 2023).

A maternidade atípica, especialmente em contextos onde as mães lidam com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em seus filhos, traz à tona uma gama complexa de emoções que refletem a ambivalência do cuidado (Teixeira *et al.*, 2024). Essa dualidade pode se manifestar de diversas formas: ao mesmo tempo em que as mães sentem um profundo amor e compromisso em cuidar de seus filhos, também enfrentam sentimentos de perda, frustração e solidão. Essa ambivalência pode ser uma fonte de conflito interno, onde a necessidade de acolher e proteger o filho convive com a dor das expectativas não realizadas e a pressão social para que sejam mães exemplares.

O amor incondicional que caracteriza a relação materna é frequentemente confrontado por desafios que testam a resiliência emocional das mães (Kintope; Borges, 2020). Elas podem se sentir pressionadas a atender às demandas de um sistema educacional que nem sempre está preparado para acolher crianças com TEA, além de terem que navegar por um sistema de saúde que muitas vezes não oferece o suporte adequado. Essa luta diária para garantir um ambiente inclusivo e acessível para seus filhos pode gerar um desgaste emocional significativo, contribuindo para sentimentos de exaustão e estresse.

É perceptível que o papel da mãe atípica é frequentemente idealizado na sociedade patriarcal, o que pode criar expectativas irreais sobre seu desempenho. As mães podem se sentir culpadas por não conseguir atender a todas as demandas ou por não estarem sempre em um estado de contentamento em relação à maternidade. Essa pressão pode levar a um ciclo de autocritica, onde o desejo de ser uma mãe perfeita se choca com a realidade de cuidar de uma

criança com necessidades específicas (Kintope; Borges, 2020). Os sentimentos de culpa podem ser exacerbados por comparações com outras mães que não enfrentam desafios semelhantes, levando a uma percepção distorcida de suas próprias capacidades e do valor de seu papel (Teixeira *et al.*, 2024).

A ambivalência se manifesta também nas relações sociais. Enquanto as mães podem encontrar apoio em algumas comunidades e grupos de apoio, frequentemente enfrentam a alienação de amigos e familiares que não compreendem plenamente suas experiências. Isso pode resultar em um isolamento social que amplifica a solidão já sentida devido ao peso das responsabilidades (Kintope; Borges, 2020). A necessidade de se isolar, em alguns casos, pode ser uma estratégia de defesa, evitando assim a exposição a julgamentos e comparações que aumentam a sensação de inadequação.

No aspecto econômico, as mães atípicas frequentemente se veem pressionadas a lidar com custos adicionais relacionados ao cuidado e à educação de seus filhos. O aumento nas despesas pode gerar ansiedade financeira, especialmente quando as mães precisam abrir mão de suas carreiras ou reduzir a carga horária para atender às necessidades de seus filhos. Essa pressão econômica pode intensificar os sentimentos de ambivalência, pois a luta por autonomia e realização pessoal se choca com a realidade da maternidade atípica (Mantovani, 2024).

A saúde mental dessas mães é uma questão que merece atenção especial. O estigma associado à deficiência pode gerar uma luta interna, onde o desejo de ser uma mãe forte e capaz é confrontado com a necessidade de reconhecer e tratar os próprios limites. A aceitação de que buscar ajuda profissional não é um sinal de fraqueza, mas sim uma estratégia de fortalecimento, pode ser um passo importante para lidar com a ambivalência emocional.

A ambivalência emocional experimentada pelas mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) reflete um profundo conflito entre os afetos e as demandas da maternidade atípica. Lígia Assumpção Amaral (2022), em *“Conhecendo a Deficiência em Companhia de Hércules”*, explora como esses sentimentos de ambivalência permeiam não só o cuidado direto com a criança, mas também as expectativas sociais que recaem sobre a figura materna.

A figura mítica de Hércules e seus "Doze Trabalhos" é utilizada como uma metáfora profunda para ilustrar os desafios enfrentados pelas mães de crianças com deficiência. Cada um dos trabalhos de Hércules, com suas tarefas árduas e aparentemente impossíveis, é relacionado a situações cotidianas vividas por essas mães, como lidar com o estigma social, as dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação, e a necessidade de lutar por uma

inclusão real e efetiva para seus filhos. Amaral faz uma analogia entre a superação dessas dificuldades e os feitos heróicos de Hércules, sugerindo que as mães, muitas vezes sozinhas, se veem obrigadas a enfrentar batalhas semelhantes para garantir os direitos e o bem-estar de seus filhos (Amaral, 2022; Cavalcante; Alves, 2023).

2.2.4 Maternidade atípica e rede de apoio

É fundamental reconhecer a resiliência das mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em sua jornada diária, mas essa capacidade de superação não deve ser romantizada como uma virtude inata ou idealizada. Muitas vezes, a resistência dessas mulheres não é uma escolha, mas uma necessidade imposta pela falta de uma rede de apoio eficaz e pela falha de políticas públicas que deveriam oferecer suporte para equilibrar suas responsabilidades. Essa resiliência se torna, então, a única saída de sobrevivência diante dos obstáculos sociais e institucionais que as mães enfrentam (Pastorelli, 2024; Kintope; Borges, 2020).

Do ponto de vista psicológico e social, a capacidade de “superar” não deve ser entendida como uma virtude extraordinária, mas como uma adaptação ao que é imposto pela sociedade. A ausência ou falha de políticas públicas adequadas, a falta de compreensão do sistema educacional sobre o TEA, e o estigma social criado em torno de crianças com deficiência, forçam essas mães a lidarem com uma sobrecarga emocional e física que, muitas vezes, não é reconhecida nem valorizada (Cavalcante; Alves, 2023; Teixeira *et al.*, 2024).

Além disso, em muitos casos, essas mães não têm o apoio de um parceiro ou de familiares que possam dividir as responsabilidades. A presença do genitor na dinâmica familiar é muitas vezes ausente, seja por questões emocionais, financeiras, ou mesmo pela falta de compreensão sobre as necessidades específicas da criança. Esse vazio do apoio masculino e familiar impacta diretamente a saúde mental das mães, que se veem sozinhas em um processo de cuidado extremamente exigente (Kintope; Borges, 2020; Amaral, 1995).

A ausência do genitor, seja por desinteresse, falhas na dinâmica familiar ou até mesmo pela falta de políticas públicas que incentivem a corresponsabilidade parental, coloca um fardo ainda maior sobre as mães. Quando o genitor se ausenta, seja física ou emocionalmente, a carga sobre a mãe se intensifica, não apenas no aspecto prático do cuidado, mas também no psicológico e emocional. Isso pode gerar sentimentos de solidão, frustração e, muitas vezes, de desamparo (Teixeira *et al.*, 2024).

A falta de apoio do parceiro não é apenas uma questão individual, mas um reflexo das

expectativas sociais sobre a mulher, que historicamente tem sido vista como a principal responsável pelo cuidado familiar (Pastorelli, 2024). Essa sobrecarga pode levar ao esgotamento, a uma diminuição da qualidade de vida e, em casos mais extremos, a quadros de depressão e ansiedade (Kintope; Borges, 2020).

É necessário que a sociedade e o Estado revisem e reestruturem suas políticas públicas para reconhecer e tratar essas desigualdades, pois a criação de uma rede de apoio institucionalizada, que inclua não apenas os serviços de saúde e educação especializados, mas também a participação ativa da figura paterna, é essencial para diminuir a carga que recai sobre essas mulheres.

As políticas públicas devem assegurar que as mães não sejam deixadas à margem, tendo que lutar sozinhas para garantir os direitos e a inclusão de seus filhos. A ideia de que essas mães devem ser “super-heróis” é uma construção social que desconsidera as dificuldades reais e tangíveis que elas enfrentam, exacerbando ainda mais o estigma e a sobrecarga emocional que já carregam (Amaral, 2022; Cavalcante; Alves, 2023).

O papel do genitor, especialmente o masculino, precisa ser repensado de maneira mais responsável e igualitária. O cuidado compartilhado deve ser incentivado, e o envolvimento de políticas públicas que promovam essa corresponsabilidade parental seria um passo importante para garantir que a maternidade atípica não se torne uma jornada solitária e invisível (Kintope; Borges, 2020; Teixeira *et al.*, 2024).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência de ser mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é multifacetada, desafiadora e, muitas vezes, marcada por uma realidade bem distante da idealização social da maternidade. Este estudo teve como objetivo compreender as implicações da maternidade atípica, especialmente no contexto das mães que cuidam de filhos com TEA, e como a sociedade e as políticas públicas podem contribuir ou agravar essa experiência. A pesquisa abordou a pressão sobre essas mães, desde as expectativas culturais e sociais sobre a maternidade até as limitações que elas enfrentam devido à falta de uma rede de apoio efetiva.

Os resultados mostraram que a resiliência dessas mães muitas vezes é uma adaptação forçada às condições adversas em que vivem. A ausência de políticas públicas adequadas e a sobrecarga de responsabilidades familiares, frequentemente sem o apoio do parceiro, são fatores que contribuem para o desgaste físico e emocional dessas mulheres. Além disso, a falta

de reconhecimento social sobre as dificuldades reais da maternidade atípica reforça um ciclo de cobrança e culpabilização das mães, que se veem sozinhas na busca por uma educação e saúde adequadas para seus filhos.

O estudo, no entanto, tem suas limitações. Apesar de ter abordado de forma ampla as dificuldades enfrentadas pelas mães de crianças com TEA, não explorou com profundidade a diversidade dos contextos socioeconômicos, culturais e familiares que podem influenciar essas experiências. Além disso, o foco foi predominantemente nas mães, deixando de lado o papel do genitor e outras figuras de apoio que poderiam aliviar a carga materna.

Assim, faz-se necessário a existência de estudos futuros para aprofundar a análise das experiências de famílias de diferentes contextos, considerando as influências socioeconômicas e culturais na vivência da maternidade atípica. Além disso, é essencial explorar a experiência de outros cuidadores e as possibilidades de intervenção para promover uma rede de apoio mais eficaz e inclusiva. A existência de políticas públicas voltadas para suporte a essas mães deve ser um tema central para garantir que a maternidade atípica não seja vivida de forma solitária e invisível.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência: em companhia de Hércules** / Lígia Assumpção Amaral. – 2 ed. - São. Paulo: Blucher, 2022.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo**. Brasília: MS; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. 1ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1.179, de 2024**. Dispõe sobre a orientação psicossocial e apoio às mães atípicas. Autor: Senador Romário. Diário do Senado Federal: Brasília, DF, 2023.

CAVALCANTE, A. O.; ALVES, A. R. V. **Desafios da maternidade: implicações do cuidado ao filho com transtorno do desenvolvimento intelectual**. Fortaleza: Uni Fametro, 2023.

CORRÊA, G. C. G.; CAMPOS, I. C. P. de; ALMAGRO, R. C.. Pesquisa-ação: uma abordagem prática de pesquisa qualitativa. **Ensaio Pedagógico**, Sorocaba, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GUTIERREZ, D. M.; ROCHA, K. L. S.; SANTOS, L. S. Vivências atípicas: experiências de mães de crianças com autismo. **Reh - Revista Educação e Humanidades**, v. 5, n. 1, p. 138-151, 2024.

GRADVONL, S.M.O; OSIS, M.J.D; MAKUCH, M. Y . Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média Atualidade. **Pensando fam. vol.18 no.1 Porto Alegre jun.** 2014

KINTOPE, L.O.; BORGES, R. S. Empoderamento mães atípicas: um estudo de campo sobre a importância da autoestima na maternidade atípica. **Journal of Media Critiques**, v. 6, n. 18, p. 21-36, 2020.

LOUZADA, J.B.R. et al. Autismo Através Dos Séculos: Uma Análise Histórica Do Desenvolvimento Deste Transtorno E Seu Impacto Na Sociedade. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 11, p. 1-14, 2024.

MAIA, G.; MUNER, L. Maternidade atípica. **Revista Cathedral**, v. 6, n. 2, p. 12-27, 10 jun. 2024.

MANTOVANI, L. N. **A teoria da reprodução social e a opressão das mães atípicas**. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2024.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes, 1994.

MENESES. A. Transtorno do espectro autista (TEA) e a linguagem: a importância de desenvolver a comunicação. **Revista Psicologia & Saberes**, 9(18), 174-188, 2020.

PASTORELLI, S. de O. S.; VIANA, C. T. de S.; BENICASA, M. G. Maternidade atípica: caracterização do sofrimento e seus enfrentamentos. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 50, p. 1–21, 2024.

REIS, D. D. de L.; NEDER, P. R. B.; MORAES, M. da C.; OLIVEIRA, N. M. Perfil epidemiológico dos pacientes com Transtorno do Espectro Autista do Centro Especializado em Reabilitação. **Pará Research Medical Journal**, Belém, Brasil, v. 3, n. 1, p. 1–8, 2019.

RESENDE, D. K. Maternidade: Uma Construção Histórica e Social. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017

RIBEIRO, L. A.; CARDOSO, B. P.; OLIVEIRA, L. M. de M.; FONTES, A. L. O. da S.; NASCIMENTO, N. S. do; SIQUEIRA, E. C. de. Abordagem geral do Transtorno do Espectro Autista. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 23, n. 4, p. e12807, 26 abr. 2023.

SOFRONOFF, K.; HAYES, S. A. Impacto de um programa de intervenção Cognitivo-Comportamental ministrado por pais no estresse parental e saúde mental de crianças com Transtorno do Espectro Autista: um ensaio clínico controlado aleatório. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Dossiê Sociedade e Políticas Públicas**, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, C. R., SANTOS, A. D., ALKIMIM, E. R., ANJOS E. B. Implicações de uma maternidade atípica: estado psicossocial das mães de crianças autistas. **Revista Sociedade Científica**, 7(1), 2024.